

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de Junho de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

• Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de Junho de 2017, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 259, contra um lucro de R\$ 21.609 apresentados no primeiro semestre de 2016.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 1.670 no primeiro semestre de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016, o valor foi de R\$ 31.270.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 132.115 (30/06/2016 - R\$ 151.288), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações Interfinanceiras	77.140	43.682
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	21.663	83.828
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	13.651	17.975

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 13.651, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 9.853, correspondente a 72% da carteira total, em 2016 correspondiam a R\$ 31.299 e R\$13.971, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu ao final do semestre o montante de R\$ 124.241 (30/06/2016 - R\$ 132.194), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	238	(138)
Reservas de Lucros	14.880	23.209

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado no qual o Banco está inserido. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

⁽¹⁾Junho 2017

• Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados. O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas a não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre

observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2017 e 2016 não houve abertura de demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

• Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante	104.152	116.937
Disponibilidades	4	84
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	77.140
Aplicações no Mercado Aberto	77.140	43.682
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	21.663	57.879
Carteira Própria	6.a	17.203
Vinculados à Prestação de Garantias	4.460	5.904
Relações Interdependências	3	1
Transferências Internas de Recursos	3	1
Relações Interfinanceiras	7	27
Créditos Vinculados:	27	34
Depósitos no Banco Central	25	34
Pagamento de Arrendamentos a Liquidar	2	—
Operações de Crédito	8	1.288
Setor Privado	5.110	16.279
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(3.822)
Outros Créditos	9	3.907
Créditos Tributários	9.a.1	3.385
Diversos	9.c	522
Outros Valores e Bens	10	40
Despesas Antecipadas	40	45
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.499	33.697
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15.658	25.949
Carteira Própria	6.a	15.658
Vinculados à Prestação de Garantias	—	2.925
Operações de Crédito	8	2.510
Setor Privado	8.541	1.696
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.031)
Outros Créditos	9.331	6.692
Créditos Tributários	9.a.1	9.331
Permanente	464	653
Investimentos	11	100
Participações em Coligadas e Controladas:	100	100
No País	100	100
Imobilizado de Uso	12	277
Outras Imobilizações de Uso	1.475	3.294
(Depreciações Acumuladas)	(1.198)	(2.741)
Intangível	87	—
Ativos Intangíveis	447	—
(Amortização Acumulada)	(360)	—
Total do Ativo	132.115	151.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Passivo Circulante	5.422	18.604
Depósitos	13.a	257
Depósitos à Vista	257	1.970
Depósitos a Prazo	—	8.345
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	—
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	—	734
Relações Interfinanceiras	7	3
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	—	62
Relações Interdependências	—	3
Recursos em Trânsito de Terceiros	—	3
Outras Obrigações	5.159	7.493
Sociais e Estatutárias	18.b	3.910
Sociais e Previdenciárias	14.a	957
Diversas	14.b	292
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.452	490
Depósitos	13.a	252
Depósitos a Prazo	—	252
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	—
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	—	490
Outras Obrigações	2.200	—
Diversas	14.b	2.200
Patrimônio Líquido	124.241	132.194
Capital Social:	109.123	109.123
De Domiciliados no País	16.a	109.123
Reservas de Lucros	16.d	14.880
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	238

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Recitas de Intermediação Financeira		1.099	38.786
Receita de Operações de Crédito	8.g	1.670	31.270
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	(571)	7.533
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	—	(17)
Despesas da Intermediação Financeira		(25)	(4.241)
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(25)	(4.241)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.074	34.545
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	575	5.634
Resultado da Intermediação Líquida da Provisão para Perda de Crédito		1.649	40.179
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.666)	(1.373)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	17	2.974
Despesas de Pessoal	20	(97)	(86)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.630)	(3.593)
Despesas Tributárias	22	(30)	(563)
Outras Receitas Operacionais	23	74	42
Outras Despesas Operacionais	24	—	(147)
Resultado Operacional		(3.017)	38.806
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(3.017)	38.806
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	3.289	(17.182)
Provisão para Imposto de Renda	—	—	(2.753)
Provisão para Contribuição Social	—	—	(2.228)
Ativo Fiscal Diferido	—	3.289	(12.201)
Participação nos Lucros	—	(13)	(15)
Lucro do Semestre		259	21.609
Juros sobre Capital Próprio		(4.600)	—
Lucro Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0026	0,2161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Atividades Operacionais		259	21.609
Lucro Líquido do Semestre		(3.819)	7.188
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		(575)	(5.634)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(575)	(5.634)
Carteira de crédito	—	95	186
Depreciações e Amortizações	21	95	186
Ajuste a Valor de Mercado	—	—	84.797
Tributos Diferidos	—	(3.289)	12.201
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	23	(63)	147
Provisão de Participações no Lucro	—	13	15
Lucro Líquido Ajustado do Semestre		(3.560)	28.797
Variações em Ativos e Passivos		(4.130)	(67.535)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	—	—
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(663)	(25.504)	—
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	10	80	—
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	1.370	42.862	—
Redução (Aumento) em Outros Créditos	4.065	(2.460)	—
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(14)	—	—
Aumento (Redução) em Depósitos	(4.051)	(65.375)	—
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	—	(9.170)	—
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	—	(110)	—
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(4.821)	(7.844)	—
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	(7.690)	(38.738)	—
Atividades de Investimento		259	—
Aquisição/Baixa de Imobilizado de Uso	—	117	(2)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	(7.431)	(37.479)	—
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.199)	(7.467)	(38.740)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		84.797	82.523
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	77.224	43.783
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.573)	(38.740)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	—	(289)	—	110.434
Aumento de Capital	16.a	5.108	(5.108)	—	—	—	—	—
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	—	—	—	—	151	—	151
Lucro Líquido do Semestre	—	—	—	—	—	—	21.609	21.609
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal/Estatutária	16.d	—	—	1.080	20.529	—	(21.609)	—
Saldos em 30 de Junho de 2016		109.123	(5.108)	1.080	20.529	(138)	—	132.194
Mutações do Semestre		5.108	(5.108)	1.080	20.529	151	—	21.760
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		109.123	2.856	16.365	—	85	—	128.429
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	—	—	—	—	153	—	153
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	259	259
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal/Estatutária	16.d.1	—	—	13	—	—	(13)	—
Reversão de Reserva Legal/Estatutária	16.d.2	—	—	—	(4.354)	—	4.354	—
Juros sobre Capital Próprio	16.c	—	—	—	—	—	(4.600)	(4.600)
Saldos em 30 de junho de 2017		109.123	—	2.869	12.011	238	—	124.241
Mutações do Semestre		—	—	13	(4.354)	153	—	(4.188)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional: O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Para a Administração revisar periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Estas demonstrações financeiras e suas notas explic

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(1) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 8.881, sendo valor de custo R\$ 14.883 decrescido do ajuste negativo de R\$ 6.002 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017. Os títulos públicos encontram-se custodiados na SELIC. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.671	4.153
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.336	4.111
Resultado Renda Variável (1)	(6.578)	(731)
Total	(571)	7.533

(1) Resultado com ações da JBS S.A.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 26. O conglomerado, do qual o Banco Original do Agronegócio faz parte, utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de: • Atender às necessidades dos clientes; e • Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros. O conglomerado segregava suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking), segundo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras. As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: - VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira; - Stress Test; e - Stop Loss. Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente. Para o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco Original do Agronegócio não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3.082/2002.

Carteira Trading junho/2016	Value at Risk	junho/2016
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média Fechamento Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	2.187 205 16.144
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3 3 -
Milho	Preço do Milho CEPEA	- - -
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.881 62 407
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	1.428 - 28
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.130 10.918 15.204
Exposição com Correlação		13.300 10.668 39.338

Carteira Banking junho/2016	Teste de Estresse	junho/2016
Risco	Média Fechamento Fechamento	
Risco de Taxa de Juros	32.947 45.207 31.822	

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado: A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado: Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no semestre estão demonstradas como segue:

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por vencimento: O saldo dos valores referenciais de operações de futuros eram de R\$ 936 no primeiro semestre de 2016.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receita	Resultado	Resultado
Despesa	(17)	(17)
Total	(17)	(17)

7. Relações Interfinanceiras: O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 23 ativo (30/06/2016 - 28 passivo), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2017	30/06/2016
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto	13.651	17.975
Empréstimos e Títulos Descontados	13.651	17.975
Cédula de Produto Rural (CPR) (1)	12.934	16.473
Capital de Giro	717	1.497
Cheque Especial	-	5
Subtotal	13.651	17.975
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.853)	(6.436)
Total	3.798	11.539
Circulante	1.288	10.483
Longo Prazo	2.510	1.056

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2017	30/06/2016
Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	717	5
Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencer Acima de 360 dias	4.393	8.541
Total	717	13.651

c) Concentração de Crédito

	30/06/2017	30/06/2016
Valor % da Carteira	13.651	17.975
Provisões % das Provisões	(9.853)	(6.436)
Total	3.798	11.539

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco: A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2017	Provisão Requerida
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal (1)	Curso Anormal (1)	Total		
AA	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	-	-	-	-	-
B	1%	-	-	-	-	-
C	3%	-	-	-	-	-
D	10%	-	-	-	-	-
E	30%	-	-	-	-	-
F	50%	-	-	-	-	-
G	70%	12.659	-	12.659	(8.861)	
H	100%	275	717	992	(992)	
Total		12.934	717	13.651	(9.853)	

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2016	Provisão Requerida
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal (1)	Curso Anormal (1)	Total		
A	0,5%	-	-	-	-	-
B	1%	-	-	-	-	-
C	3%	6	1	7	-	-
E	30%	-	16.473	16.473	4.941	
G	70%	-	-	-	-	-
H	100%	1.003	492	1.495	1.495	
Total		1.009	16.966	17.975	6.436	

(1) Curso normal refere-se a contratos vencendo e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencendo e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	10.927	13.971
Constituição Líquida de Reversão	(575)	(5.634)
Baixa para Prejuízo	(499)	(1.901)
Saldo Final	9.853	6.436
Circulante	(3.822)	(5.796)
Longo Prazo	(6.031)	(640)
Créditos Recuperados (1)	430	28.133

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito". No primeiro semestre de 2017 não ocorreram renovações de crédito (30/06/2016 - R\$ 9.596) relativas a operações vencidas e repactuadas. f) Cessão de Crédito: Com Transferência Substancial de Risco: No primeiro semestre de 2017 não ocorreram cessões de crédito. Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios no primeiro semestre de 2016 são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 33.253 conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Valor da venda carteira ativa (1)	-	6.293
Valor da venda carteira baixada para prejuízo (2)	-	26.960
Valor total da Venda (3)	-	33.253

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa. (2) O montante de R\$ 26.960 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo. (3) O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Rendas de Empréstimos	1.240	3.137
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) (1)	430	28.133
Total	1.670	31.270

(1) No exercício de 2016 o impacto de R\$ 26.960 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito. (Nota 8.f).

9. Outros Créditos: a) Créditos Tributários

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	9.420	19.778
Constituições	(492)	2.154
Reversões	(796)	(14.477)
Saldo Final	12.716	7.455
Saldo Inicial	378	54
Constituições	195	-
Reversões	(357)	(54)
Saldo Final	216	-

a.1) Ativo Fiscal Diferido: Em 30 de junho de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018). Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Créditos Tributários" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo Fiscal	6.675	3.936
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	1.669	984
Base Negativa de Contribuição Social	7.315	3.937
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	1.463	787
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.853	6.497
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.183	2.100
Provisão para Despesas Administrativas	22	22
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	265
Ajustes Positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	5.988	1.260
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(278)	(71)
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	106
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	(5)
Perdas em Operações de Crédito	2.729	2.279
Outras Diferenças Temporárias	73	73
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	20.669	12.465
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	20.669	12.465
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	5.167	3.116
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% (1)	4.134	2.493
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	265
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	106
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	5.988	1.258
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	6.092	1.629
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	283	76
Total do Ativo Fiscal Diferido	12.717	7.455
Circulante	3.511	763
Longo Prazo	9.205	6.692

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

	30/06/2017	30/06/2016
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	454	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(21)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	433	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	108	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	87	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	454	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	454	-
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	21	-
Total do Passivo Fiscal Diferido	216	-
Circulante	216	-

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Fiscal dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Fiscal dos Impostos Diferidos
2016	-	-	-	-	-	-
2017	3.511	-	-	761	-	761
2018	6.182	216	6.182	3.091	-	3.091
2019	1.676	-	1.676	3.603	-	3.603
A partir de 2020	1.347	-	1.347	-	-	-
Total	12.716	216	12.500	7.455	-	7.455

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2017, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 10.763 (30/06/2016 - R\$ 6.352). Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. b) Valor Presente dos Créditos Tributários: O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2017, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 10.763 (30/06/2016 - R\$ 6.352).

c) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	391	593
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	107	92
Adiantamentos Salariais/Outros	23	12
Devedores Diversos - País (1)	1	3.252
Total	522	3.950
Circulante	522	3.950

(1) Valores pendentes em transitorias de empréstimos que serão liquidados em D+1.

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas Antecipadas	40	45
Total	40	45
Circulante	40	45

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos Controladas do Banco	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			30/06/2017	Participação Direta e Indireta
	Atividade	Ordinárias e Cotas	Participação Direta		
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%	99,99%	
Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) 01/01 a	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial	01/01 a	01/01 a
30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
126	(2)	-	(12)	117	-
273	(115)	-	(20)	88	-
89	-	-	(12)	77	-
Total	488	(117)	-	(94)	277

	30/06/2017	30/06/2016
Original Investimentos Imobiliários Ltda. (1)	100	-
Total	100	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são: • VaR (Valor em Risco); • Stress Test; • Stop Loss; • Análise de Sensibilidade. **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez:** As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são: • Fluxo de Caixa; • Teste de Estresse; • Caixa Mínimo; **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas. A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento. A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de

apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. Outras Informações: a. Garantias Prestadas: Em 30 de junho de 2017, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

28. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos: Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual controladora indireta do Banco Original, celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Os acordos preveem o pagamento de multas, por parte desses executivos, bem como a colaboração com o Ministério Público Federal ("MPF"), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade, dentre outras obrigações. Em junho de 2017, a J&F, celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, o qual está pendente de levantamento de sigilo. O Acordo prevê o pagamento de R\$10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do acordo. Tão logo haja o levantamento de sigilo, as subsidiárias da J&F terão acesso ao inteiro teor do Acordo e tomarão medidas cabíveis, caso necessário. Em decorrência dos acontecimentos acima narrados, a administração do Banco Original S.A., em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia

independente Sampaio e Ferraz Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores Legais"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos crimes delatados por seu controlador, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo no Banco Original ou se alguns dos membros da administração do Banco Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos mencionados crimes. Os Assessores Legais estão conduzindo uma revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações. Os Assessores Legais informaram que, com base nas atividades realizadas até esta data, não foram identificadas evidências de que o Banco Original S.A. e sua atual Administração ou qualquer de seus administradores e empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras. A investigação encontra-se em andamento e, apesar de não ser possível precisar a data de sua conclusão, estima-se que tais trabalhos devam ser concluídos neste semestre. Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência assinado pela J&F com o MPF, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente para realizar uma investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos ilícitos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação.

A DIRETORIA**CONTADOR — Carlos André Hermesindo da Silva - CRC 281528/O-1****RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras do Banco, que menciona o Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual controladora indireta do Banco, bem como o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação ao Banco. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 28 de agosto de 2017

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0